



**Ministério do Desenvolvimento Agrário
Ouvidoria Agrária Nacional**

SBN, quadra 01, Edifício Palácio do Desenvolvimento,
9º andar, sala 921, CEP 70057-900, Asa Norte - DF
Telefones (61) 2020.0904/0906 e fax (61) 2020.0525/0526

PAUTA DA 348ª REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA NO CAMPO, PRESIDIDA PELO OUIDOR AGRÁRIO NACIONAL, DESEMBARGADOR GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO, EM LÁBREA (NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA AMAZÔNIA), SUL DO ESTADO DO AMAZONAS, NOS DIAS 07 E 08 DE MAIO DE 2012.

01 - Discutir conflitos agrários e violência no campo na região sul do Estado do Amazonas, principalmente no projeto de assentamento florestal do Inca denominado Curuquetê, no projeto de desenvolvimento sustentável do Inca denominado Gedeão e na gleba Iquiri, todos localizados no município de Lábrea.

02 – Verificar com o Inca o andamento dos trabalhos (georreferenciamento, seleção e homologação das famílias de trabalhadores rurais), instalação de energia elétrica, construção de estradas e assistência técnica às famílias de trabalhadores rurais que serão assentadas no projeto de assentamento florestal do Inca denominado Curuquetê, localizado no ramal Ipê, linha 01, quilometro 60 (ponte do Castanhal).

03 – Solicitar providências às Polícias Civil e Militar do Amazonas no que se refere às ameaças de morte perpetradas contra os representantes da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus (Atamp), senhores José Maria Carneiro e José Maria Ferreira, atendendo solicitação do vice presidente da Associação dos Produtores Agroextrativistas do Rio Ituxi (Apadrit), senhor Francisco Monteiro Duarte, através de correspondência datada de 10 de abril de 2012, protocolada por e-mail de 19 de abril do ano em curso, na Ouvidoria Agrária Nacional.

04 – Verificar com as Polícias Civil e Militar de Rondônia quais as medidas adotadas acerca da atuação de policiais militares (cabo Joslei Dziecheiarz e policiais militares Aldemir Uchoa Almeida, Eliézio Batista Lima, José Roberto Farias e José Rubens Lima Moreira) que são acusados de prestar serviços de segurança particular aos pretensos proprietários da fazenda Presidente Prudente, no município de Canutama, conhecidos por Iria Fátima Pandovani e Wilson Garcia de Mello Andrade.

05 – Solicitar providências à Polícia Militar de Rondônia referente ao ingresso de guarnição da Polícia Militar Ambiental de Rondônia que, segundo documentos protocolados na Ouvidoria Agrária Nacional, efetuou a prisão de 07 pessoas na fazenda Presidente Prudente, no município de Canutama, Estado do Amazonas, sem autorização de seus superiores hierárquicos.

06 – Solicitar providências à Polícia Militar de Rondônia no que se refere ao fato de que alguns policiais militares do Estado de Rondônia, contratados por Iria Fátima Pandovani e Wilson Garcia de Mello Andrade, ameaçam trabalhadores rurais na região de Canutama, principalmente na fazenda Presidente Prudente, lindeira ao projeto de assentamento Aspecra.

07 – Solicitar que o Ibama e a Secretaria de Meio Ambiente de Rondônia façam fiscalização na fazenda denominada Pica Pau, na linha 01, quilômetro 50 da BR-364, próximo ao distrito de Vista Alegre do Abunã no sentido de Porto Velho, haja vista que as pessoas conhecidas como “Daniel Banha”, “João Ferreira”, “Manduca”, “Luiz Maranhão” e “Neli Ribeiro dos Santos” praticam desmatamento no citado local, conforme documentos protocolados na Ouvidoria Agrária Nacional.

08 – Verificar com o Incra o andamento de possíveis medidas para retomada de lotes irregularmente ocupados na gleba Iquiri (seringal São Domingos), no município de Lábrea.

09 – Verificar com a empresa Amazonas Energia e com o Programa Luz Para Todos a questão que envolve fornecimento de energia elétrica para as seguintes áreas rurais: ramal Mendes Júnior, linha 01; ramal da Torre com Travessão 01; Linha 03 com Travessão 02; Ramal Remansinho com Ramal da Castanheira; Ramal dos Goianos com Ramal Castanheira; Ramal dos Goianos com Ramal Malaquias; e Ramal dos Blank com Ramal do Fernando e Ramal Cerejeira, atendendo solicitação formulada pela Associação dos Produtores Rurais e Agroextrativistas do Projeto de Assentamento do Seringal Santo Antônio e Adjacências (Apraasa), através de e-mail remetido à Ouvidoria Agrária Nacional, datado de 30 de abril de 2012.

10 - Solicitar que o Tribunal de Justiça designe magistrado da comarca de Lábrea para dirimir conflitos fundiários com competência exclusiva para questões agrárias na região sul do Estado do Amazonas, conforme recomenda o artigo 126 da Constituição Federal.


11 – Solicitar que o Procurador-Geral de Justiça designe promotor de justiça da comarca de Lábrea para exercer a função de Promotor de Justiça Agrário com atribuição exclusiva para questões agrárias na região sul do Estado do Amazonas, conforme recomenda o Conselho Nacional do Ministério Público.

12 – Solicitar que o Secretário de Segurança Pública designe delegado de polícia civil da comarca de Lábrea para exercer a função de Delegado de Polícia Civil Agrário com atribuição exclusiva para questões agrárias na região sul do Estado do Amazonas .

13 – Solicitar que o Comandante-Geral da Polícia Militar designe representante da Polícia Militar da comarca de Lábrea para exercer a função de Assessor Agrário da Polícia Militar com atribuição exclusiva para questões agrárias na região sul do Estado do Amazonas.

14 - Solicitar que o Defensor Público-Geral designe Defensor Público para exercer a função de Defensor Público Agrário com atribuição exclusiva para questões agrárias na região sul do Estado do Amazonas.

Lábrea, 07 de maio de 2012.


Desembargador Gercino José da Silva Filho
Ouvidor Agrário Nacional e Presidente da
Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo
gercino.filho@mda.gov.br